



MENCIONE-SE
PUBLIQ E-SE
EXPEÇA-SE

18 / 5 / 04

Deputado Coelho

REQUERIMENTO Nº 1412/IX (2ª) - AC

A Sª EXª O Senhor Presidente da Assembleia da República

Assunto: Governo paga três milhões para manter Passe Social

Apresentado por: Deputado Miguel Coelho

Notícias publicadas na Comunicação Social referem que o Governo vai pagar este ano três milhões de euros aos operadores privados de transportes de Lisboa para continuarem a integrar o sistema de Passe Social até 30 de Maio de 2005, pagando ainda pelos cinco meses do próximo ano o montante adicional de 1,21 milhões de euros.

Sendo certo de que importa sempre salvaguardar o carácter estruturante da rede de transportes e a natureza de verdadeiro título de cidadania metropolitana do Passe Social é preciso constatar que ao forte investimento efectuado nos últimos anos no sector público de transportes não se registou uma igual correspondência de investimento no sector privado de transportes públicos com as naturais consequências ao nível da qualidade e oferta. Para além do mais, também se constata a perda progressiva de passageiros dos transportes públicos para o transporte individual.

Importaria assim que o Governo definisse com muita clareza o conceito de serviço público a prestar pelas empresas do sector, públicas e privadas, celebrando mesmo contratos programas com cada uma das empresas do sector, em que naturalmente fossem estabelecidos os serviços de natureza pública e social a prestar, assim como as naturais contrapartidas financeiras a pagar pelo estado.

Até ao momento, para além de não estarem definidos os serviços públicos a prestar por cada uma das empresas, o sector privado presente no Passe Social tem-se limitado a reter as receitas arrecadadas pela venda deste Passe, sem preocupações de devolver ao sector público a parte correspondente aos percursos por este servido, não obstante os inquéritos realizados em 1989, tendo como base os utentes do Passe Social Inter-Modal, inquérito esse actualizado em 2000, que apurou um aumento de serviço público prestado pelas empresas públicas – nomeadamente com o crescimento da linha do Metropolitano e modernização das linhas da CP- e uma estagnação do serviço prestado pelas empresas privadas. Acontece que este inquérito apurado em 2000 tem sido rejeitado pelo sector privado, no que se refere a critérios a adoptar para distribuição de verbas, pelas empresas que operam no âmbito do Passe Social, públicas e privadas, alegando as empresas privadas dificuldades financeiras e prejuízos de exploração.

Face ao exposto e às notícias veiculadas na comunicação social fica-se sem se saber quais os critérios adoptados pelo Governo para a atribuição deste montante anunciado às

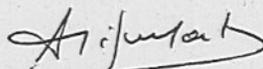
empresas privadas se esses mesmos critérios serão adoptados para as empresas públicas que, por comparação, têm investido de uma forma continuada melhorando a qualidade do seu serviço.

Nesse sentido e por ser conveniente um completo esclarecimento acerca das condições em que foi garantida a permanência das empresas privadas do sector de transportes públicos no sistema do Passe Social, venho ao abrigo das disposições legais, regimentais e constitucionais, solicitar a V. Ex.^a, ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, os seguintes esclarecimentos:

- 1 – Foi efectuado um encontro de contas entre as empresas privadas e públicas que operam no sector, tendo em conta o inquérito realizado em 2000 e referente aos utilizadores do Passe Social?
- 2 – Quais foram as contrapartidas de qualidade para o serviço público com estas negociações agora concluídas e publicamente anunciadas?
- 3 – Está o Governo em condições de informar o número de concessões – por que empresa e a quem – feitas por operadores de transportes na zona de Lisboa e Almada?
- 4 – Entende o Governo que estes operadores que atribuíram concessões – logo diminuindo a oferta - devem manter a mesma proporcionalidade na arrecadação de receitas do Passe Social?
- 5 – Que critérios adoptou o Governo para a atribuição desta verba ao sector privado?

Assembleia da República, 17 de Maio de 2004

O Deputado



Miguel Coelho